



Mário Campos

Cuidando da nossa gente,
transformando o nosso futuro.

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 090/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA
REGISTRO DE PREÇOS N.º 026/2026
PREFEITURA



ANEXO III – DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa _____, inscrita no
CNPJ sob o n.º _____, sediada na Rua/Av.
_____, n.º _____, Bairro
_____, Cidade _____, por
intermédio de seu representante legal, o(a) Senhor.(a)

_____,
portador(a) do CPF N.º _____, **DECLARA, PARA FINS DE
PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO LICITATÓRIO:**

1. Que se sujeita expressamente às condições estabelecidas no edital acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo agente de contratação quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no edital e que demonstrem integral capacidade de executar o objeto previsto, e declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos da Lei Federal N.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Art. 337-M do Código Penal Brasileiro.

2. Para fins de atendimento ao disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal e no inciso VI do Art. 68 da Lei Federal N.º 14.133, de 1º de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

3. Sob as penas da Lei, em especial o Art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;



Mário Campos

Cuidando da nossa gente,
transformando o nosso futuro.

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 090/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA
REGISTRO DE PREÇOS N.º 026/2026
PREFEITURA



(d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do município antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

4. Sob as penalidades da lei, que se enquadra como:

() Microempresa – receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídos por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do Art. 3º da Lei Complementar N.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar N.º 147/2014.

() Empresa de Pequeno Porte – receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídos por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do Art. 3º da Lei Complementar N.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar N.º 147/2014.

() Empresa de Grande Porte – não se enquadra como ME ou EPP, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006.

Observações:

Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da Lei Complementar N.º 123/2006.

A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da Lei Complementar N.º 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

5. Que não recebeu do município de Mário Campos ou de qualquer outra entidade da administração direta ou indireta, em âmbito federal, estadual e municipal, suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a administração,



Mário Campos

Cuidando da nossa gente,
transformando o nosso futuro.

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 090/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA
REGISTRO DE PREÇOS N.º 026/2026
PREFEITURA



assim como não recebeu declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a administração federal, estadual e municipal.

6. Em conformidade com a Lei Federal N.º 14.133, de 1º de abril de 2021, que cumpre todos os requisitos para habilitação.

7. Que não possui em seu quadro societário servidor público ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

8. Para fins de obtenção dos benefícios constantes dos Art. 42 a Art. 49 da Lei Complementar N.º 123/2006, e de comprovação de conformidade com o Art. 4º, § 2º, da Lei Federal N.º 14.133/2021, que a empresa, no ano-calendário de realização desta licitação, até o presente momento, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando, portanto, apta a participar do mesmo. Declaramos, ainda, que nos responsabilizamos integralmente pelas informações aqui prestadas.

Local, ____ de ____ de ____.

CARIMBO DA EMPRESA / ASSINATURA DO RESPONSÁVEL